

Anexo XII – Instalação da energia elétrica no Distrito de Nova Glória, por volta de 1969. Arquivo particular de Joaquim Rodrigues de Carvalho.



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ÓRGÃO DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DE GOIÁS

IO XXXII

GOIÂNIA/QUARTA FEIRA, 11 DE JUNHO DE 1980

ATOS DO PRESIDENTE

LEI Nº 8.842, DE 10 DE JUNHO DE 1980

Dispõe sobre a criação do Município de Nova Glória.

Anexo XIV – Lei 8.842 de 10 de junho de 1980. Lei que emancipou o município de Nova Glória, de autoria do Deputado Estadual pelo MDB Frederico Jayme. Arquivo particular de Elizeu Moreira do Vale

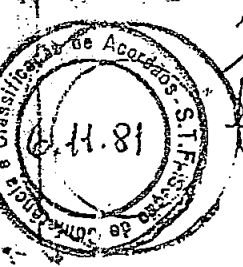
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS decreta e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Fica transformado em Município, com o topônimo de Nova Glória, o atual Distrito do mesmo nome, do Município de Ceres, com as seguintes delimitações:

"Começa pelo Córrego Seco onde ele deságua no Rio das Almas; segue até a ponte da antiga BR-14, continuando por esta estrada até a estrada Municipal de Bom Jesus; segue nesta até o Córrego Fundo, continuando pelo mesmo e depois segue pelo Córrego da Água Branca até o Rio São Patrício; continua fazendo limites com o Município de Itapaci até no Rio das Almas, sobe por este até onde começa os limites desta área pretendida por Nova Glória".

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.



Supremo Tribunal Federal

16.9.81

TRIBUNAL PLENO

REPRESENTAÇÃO Nº 1.059 - 7

GOIÁS

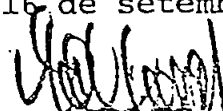
REPRESENTANTE : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
LITISCONSORTE : MUNICÍPIO DE CERES
REPRESENTADA : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

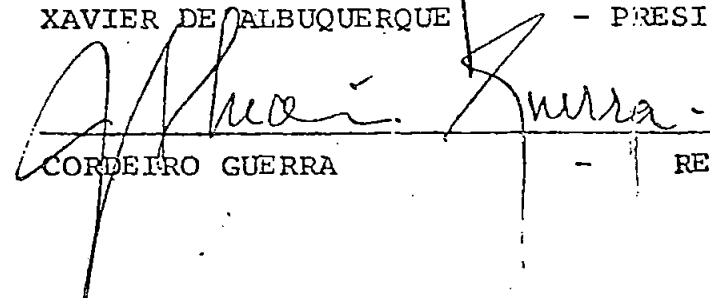
EMENTA : - Arguição de inconstitucionalidade da Lei nº 8.842, de 10 de junho de 1980, do Estado de Goiás, que criou o Município de Nova Glória.
Inconstitucionalidades não verificadas.
Representação julgada improcedente.

A C O R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em sessão Plenária, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, à unanimidade de votos, em julgar improcedente a representação.

Brasília, 16 de setembro de 1981.


XAVIER DE ALBUQUERQUE - PRESIDENTE


CORDEIRO GUERRA - RELATOR

Anexo X – As primeiras casas do distrito de Nova Glória. Fotografia do arquivo pessoal do Sr. Joaquim Rodrigues Carvalho.



anexo 9

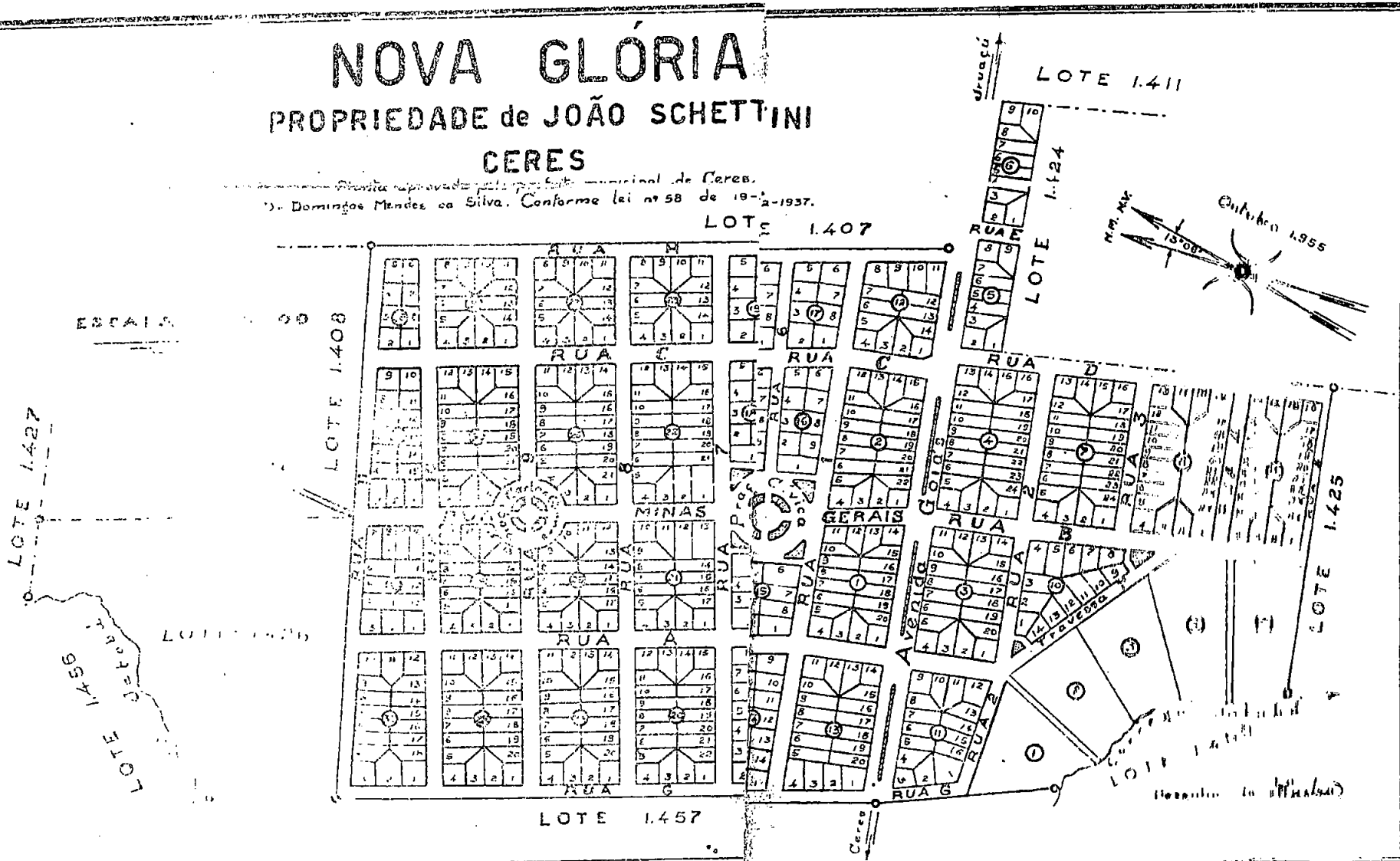
NOVA GLÓRIA

PROPRIEDADE de JOÃO SCHETTINI

CERES

Planta aprovada pelo Conselho Municipal de Ceres.
D. Domingos Mendes da Silva. Conforme lei nº 58 de 19-2-1937.

LOTE 1.407

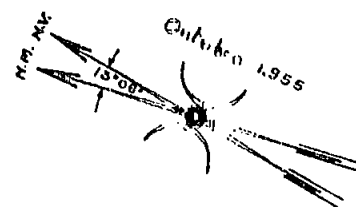


ESCALA

LOTE 1.427
LOTE 1.426
LOTE 1.425
LOTE 1.424

LOTE 1.408

LOTE 1.457



Anexo VIII – Usina de cana de açúcar, foi construída para atrair migrantes a região, foi desativada porque faltou seu principal produto a cana de açúcar. Revista da ACICER. Bernardo Sayão, “O Homem que Iniciou a História : CANG/Ceres, Barranca/Rialma”. Edição Histórica, 1999-2000.



A USINA DE CANA



o pavilhão da usina de cana

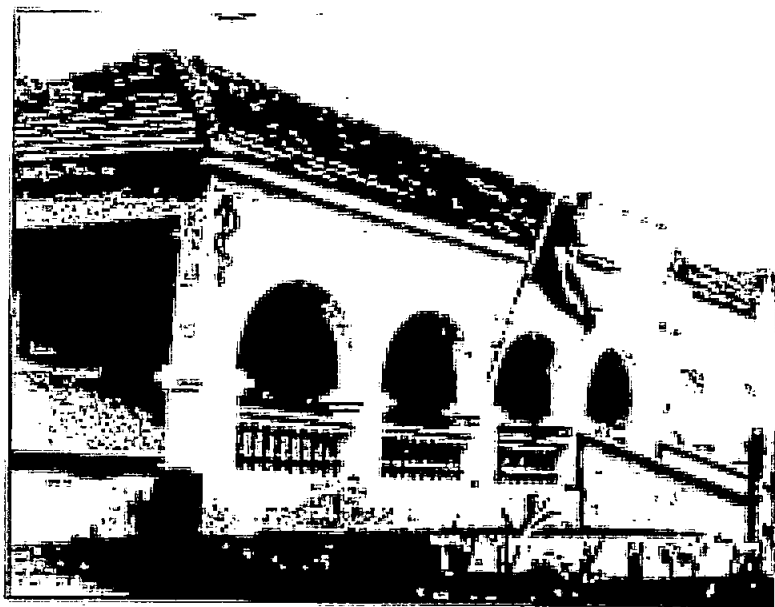
Anexo VII – Escritório da Colônia. Revista da ACICER. Bernardo Sayão, “O Homem que Iniciou a História : CANG/Ceres, Barranca/Rialma”. Edição Histórica, 1999-2000.



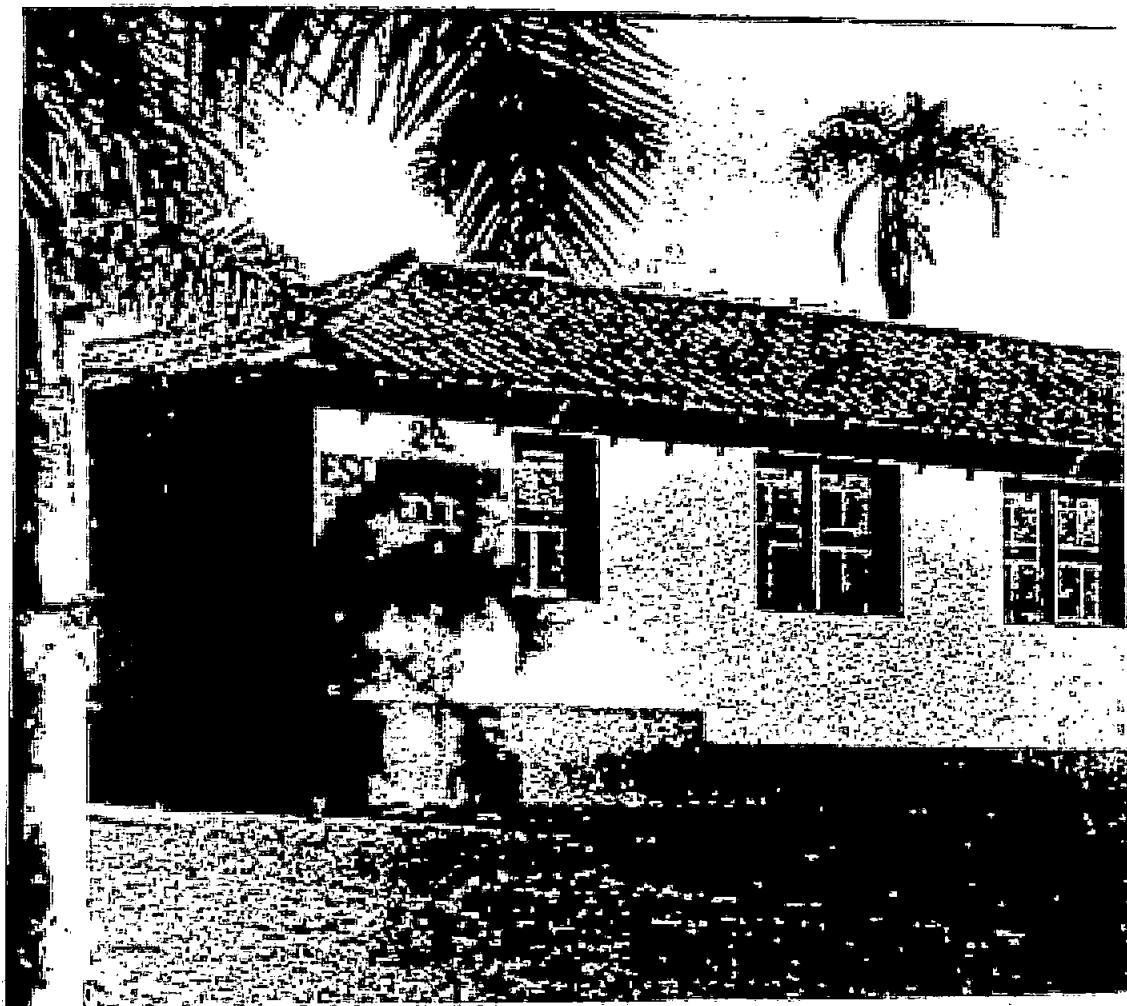
Anexo VI – Casa do Administrador, hoje APAE –Associação de Pais e Amigos de Excepcionais. Revista da ACICER. Bernardo Sayão, “O Homem que Iniciou a História: CANG/Ceres, Barranca/Rialma”. Edição Histórica, 1999-2000.



Anexo V – Primeira etapa do Hospital São Pio X, inaugurada em 1946. Foi o hospital da Colônia. . Revista da ACICER. Bernardo Sayão, “O Homem que Iniciou a História : CANG/Ceres, Barranca/Rialma”. Edição Histórica, 1999-2000.



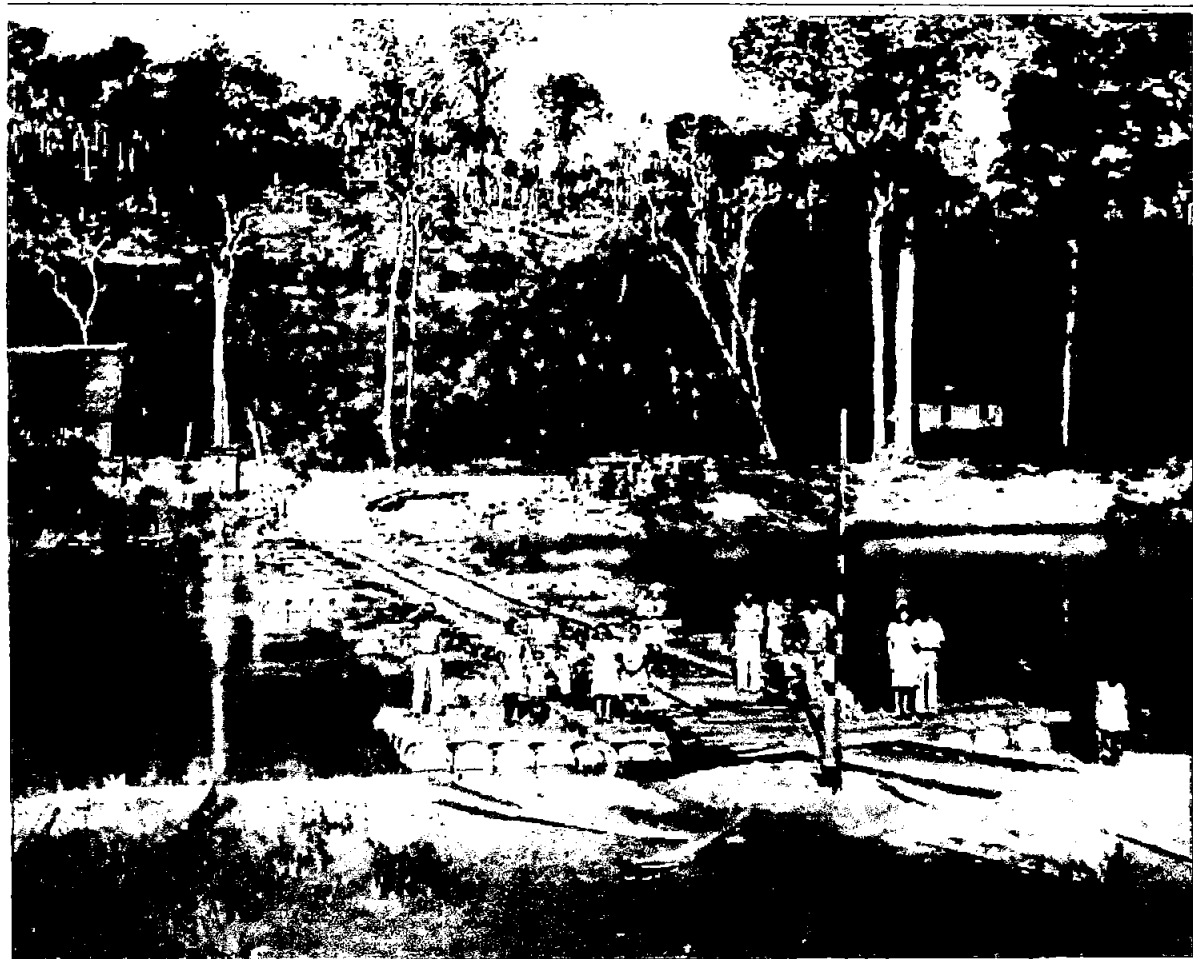
Anexo IV – Escola do Córrego da Fartura, em cada córrego Sayão, construiu uma escola. . Revista da ACICER. Bernardo Sayão, “O Homem que Iniciou a História : CANG/Ceres, Barranca/Rialma”. Edição Histórica, 1999-2000.



Anexo III – Colégio Álvaro de Melo, um dos primeiros Colégios da Colônia, criado em 1947. Revista da ACICER. Bernardo Sayão, “O Homem que Iniciou a História : CANG/Ceres, Barranca/Rialma”. Edição Histórica, 1999-2000.



Anexo II – Ponte de tambores construída para a travessia do Rio das Almas.



DECRETO Nº 6.882 DE 19 DE FEVEREIRO DE 1941

- Cria a Colônia Nacional de Goiás.

O Presidente da República, usando da atribuição que confere o art. 74, letra "a", da Constituição, e na conformidade do disposto no decreto-lei nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941, DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a Colônia Agrícola Nacional de Goiás, no Município de Goiás, em terras doadas à União, pelo Governo do mesmo Estado, pelo decreto-lei estadual nº 3.704 de 4 de novembro de 1940.

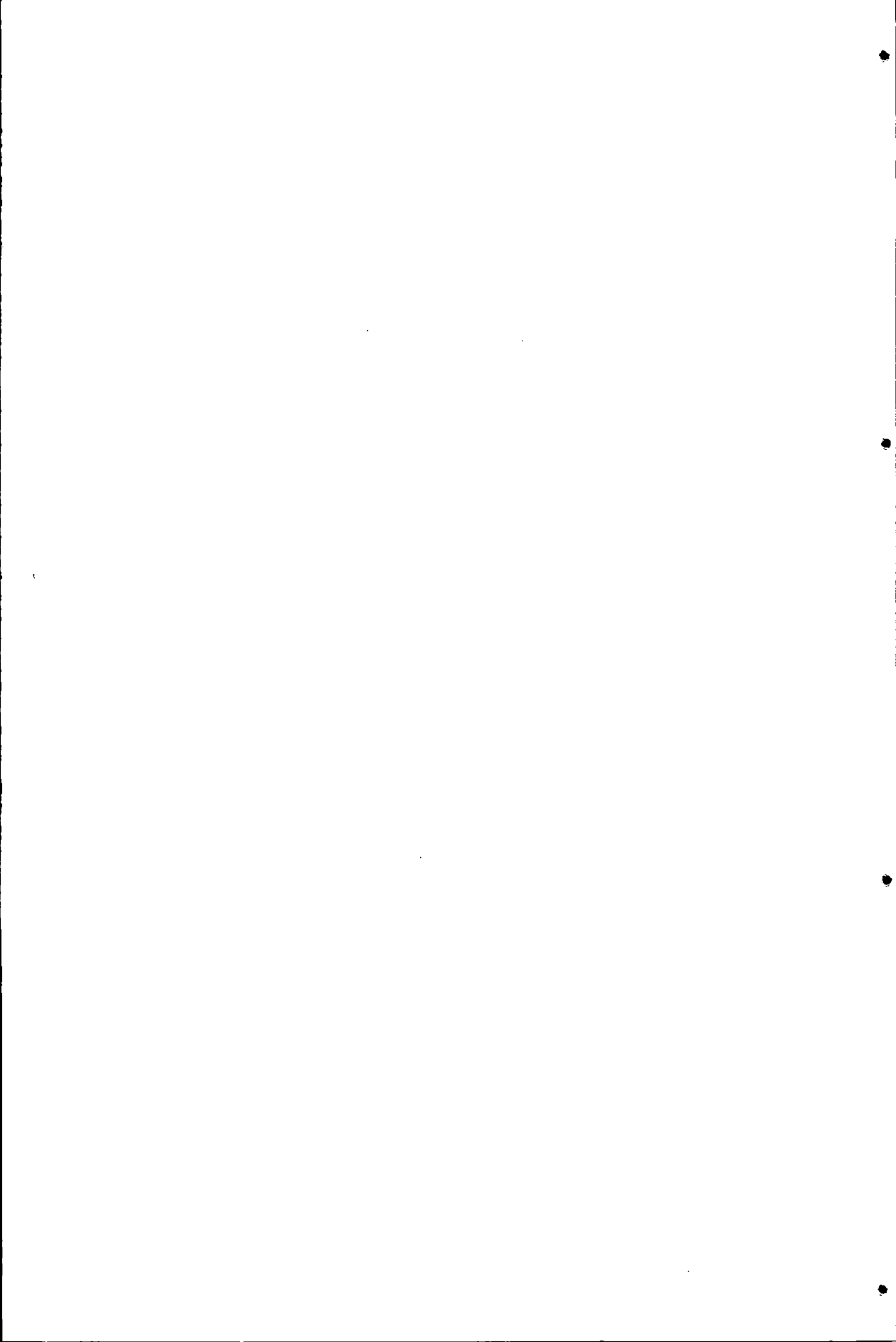
§ Único - As terras da Colônia referida no artigo anterior, ficam compreendidas dentro dos seguintes limites Rio das Almas, São Patrício, Carretão, divisor de águas dos rios Areias, Fonte Alta, Rio Verde até a confluência com o Rio das Almas.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário. Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1941, 120º da Independência e 53º da República.

GETULIO VARGAS

Fernando Costa

[Handwritten signature]



Entrevistados:

Joaquim Rodrigues de Carvalho, nascido em 03/11/0940 na cidade de Amaroleite GO, veio pra a região em 1949 com sua família

Argentina Rodrigues de Carvalho, nascida em 04/06/2009, na cidade de Catalão GO, veio pra a região em 1948 com sua família.

Valter Brandão, nascido em 03/09/1938 na cidade de Araxá MG, veio pra Goiás em 1946 com seu pai.

Itano Nunes da Rocha, nascido em 21/07/01955 na cidade de Rubiataba GO, filho de Leontino da Rocha.

Elizeu Moreira do Vale, nascido em 26/07/1955 na fazenda “Córrego Rico” em Ceres Goiás.

Agnaldo Gonçalves Borges Filho, nascido em 13/12/1946 na cidade de Ceres – GO, veio para a Nova Glória em 1968 ministrar aulas no Colégio Bernardo Sayão.

Anexos:

PESSOA, Jadir de Moraes. "A Colônia Agrícola Nacional de Goiás". In: *A Igreja da denúncia e do silêncio do fiel*. Campinas, SP: Editora: Alínea, 1999, pp 39-54.

Revista da ACICER. Bernardo Sayão, "O Homem que Iniciou a História : CANG/Ceres, Barranca/Rialma". Edição Histórica, 1999-2000.

BARROS, José D'Assunção. "Abordagens". In: *O Campo da História*. Petrópolis, RJ. Editora: Vozes, 2004. pp. 132-180.

SILVA, Valtuir Moreira. "Colônia Agrícola de Ceres (CANG)". In: *História Agrária em Goiás*. Goiânia, Editora: AGEPEL/UEG, 2002, pp 35-37.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. "História ora e narrativas: tempo, memória e identidades. In: *Revista da Associação Brasileira de História Oral*. Volume 6, número 6. São Paulo, 2003, pp. 9-27.

HALBWACHS, Mourice "Memória coletiva e memória histórica". In: *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006, pp 71-111.

ANDRADE, Nair Leal de. *Reforma Agrária*. Goiânia. Ed.: Editora R & F, 2003.

MARTINS, Marcos Ribeiro. "Quem foi Bernardo Sayão", 2004

MARQUES, Jarbas Silva. "Bernardo Sayão o último bandeirante". *Jornal Online*.

FILHO, Agnaldo Gonçalves Borges. "Histórico do Município de Nova Glória", 1997-2000.

Sites:

Cidade de Ceres – Formação do Município. www.ipci.com.br/city.htm. Acessado em 21 de março de 2009.

Desbravamento da região faz 50 anos Belém – Brasília foi projeto audacioso para ligar o norte ao resto do Brasil. <http://www.skyscrapercity.com/archive/index.php/t-575784.html>. acessado em 21 de março de 2009.

Bernardo Sayão Carvalho de Araújo .

<http://www.confea.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=4184&pai=4&sid=480&sub=197>. acessado em 28 de março de 2009.

Nova Glória-GO Histórico.

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/goias/novagloria.pdf>. acessado em 28 de março de 2009.

Ceres – GO Histórico. <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/goias/ceres.pdf>. acessado em 09 de maio de 2009.

entre os dois grupos políticos existentes em Nova Glória. Nota-se também sempre a presença da população, lutando e apoiando os acontecimentos que levaram a emancipação política de município.

Por volta de 1979 foi criada uma lei que emancipava Nova Glória de autoria de Leão Caiado, todavia, um dos grupos políticos (MDB) entrou com um pedido de anulação desta lei e foi atendido. No ano seguinte o Deputado Estadual Frederico Jayme propõe uma outra lei, assim, a Lei 8.882 de 10 de junho de 1980, emancipou o município de Nova Glória, deixando de ser distrito de Ceres.

Depois de emancipado o município, foi pedido também à anulação desta lei, agora pelo outro grupo político (SDB), não verificando inconstitucionalidade no processo de emancipação de Nova Glória, o Supremo Tribunal Federal, publicou o “Acórdão” dando legitimidade a Lei 6.882.

A primeira eleição só aconteceu dois anos depois em 1982, durante esse período Nova Glória ficou sob responsabilidade de Ceres 1982.

Vinte e sete anos se passaram desde a emancipação política de Nova Glória. Nota-se hoje que politicamente, a cidade de Nova Glória não depende de Ceres, mas na área da saúde e educação ainda depende buscar melhorias em Ceres. Muitos se deslocam para Ceres na busca de novas oportunidades de trabalho e estudos. Na área da saúde Ceres é referencial no Vale do São Patrício e faz com que também os novaglorinos busquem recursos médicos neste município.

Bibliografia:

- BORGES, Barsanufu Gomides. “A Fronteira Agrícola”. In: *Goiás nos quadros da Economia Nacional: 1930-1960*. Goiânia, Editora: UFG, 2000. pp. 71-90.
- SILVA, Sandro Dutra. “Um outro olhar sobre o lugar: A cang no tempo da fronteira”. In: *Sociedade e Cultura*, nº1, v5, 2002.
- CAPELATO, Maria Helena. “O Estado Novo: o que trouxe de novo?”. In: *O Brasil Republicano*. v 1, 2007. pp. 109-122.
- PALACIM, Luís & MORAES, Maria Augusta de Sant’Anna. “ A Revolução de 30 e construção de Goiânia”. In: *História de Goiás*. Goiânia, Ed. Goiânia, 6ª ed, 1994, pp.101-111.
- CAPRINI, Aldieris Braz Amorim. Considerações sobre História Regional.

Ainda no ano de 1941, Sayão chega com seu comboio na área demarcada, e só no ano seguinte que de fato começa a chegar migrantes de outras regiões e até outros estados, isto graças à divulgação feita por Vargas (BORGES, 2000).

Para chegar a CANG, era necessário fazer a travessia do Rio das Almas, que era conduzida pelo próprio administrador, em uma canoa que ficou conhecida como “canoa de Sayão”. (PESSOA, 1999)

Para adquirirem o direito de terras, os colonos precisavam ser casados. Os lotes variavam entre 20 a 50 hectares, o que fez com que muitos pais providenciassem casamentos a suas filhas.

Entre 1946-1950 a CANG, passa por problemas administrativos e financeiros, que resultam em abertura de um inquérito que investigava denúncias de irregularidades administrativas. Mesmo não sendo comprovado nada contra Bernardo Sayão, foi inevitável sua demissão do cargo de administrador. Em seu lugar é nomeado interventor Abelardo da Veiga Ururahy que fica no cargo até 18 de janeiro de 1951 quando a administração passou às mãos de Dantis Lima de Oliva.

Em 1953 o núcleo colonial de Ceres é elevado à condição de município. No ano seguinte ocorreu a escolha do primeiro prefeito do município Dr. Domingos Mendes da Silva, através do voto direto do povo. Por dois anos após a elevação de Ceres a município sobrepunham ainda os dois poderes executivos, sendo extinta em 1955 a CANG.

Em decorrência do grande desenvolvimento da área, por volta de 1947 surgiu um novo Aglomerado, formado por migrantes de outros estados, principalmente mineiros. O que atraiu estes migrantes foi à política da propaganda citada anteriormente neste trabalho, que dizia que o Governo Federal estava doando terras no Estado de Goiás. As terras que deram origem a Nova Glória, foram compradas por João Schettini.

Na década de 1950, a convite do Presidente da República Juscelino Kubitschek, Bernardo Sayão volta à região para construir a rodovia que deveria ligar o centro ao norte do país, a BR – 014 “A Federal”. Esta rodovia em seu primeiro traçado margeava o Rio das Almas e cortava o distrito de Nova Glória. Porém na década de 1960 um novo traçado desviou a BR-014 de dentro do distrito. O que acarretou prejuízos no comércio e um sentimento de atraso na população. Este acontecimento foi um dos fatores determinantes que levou a população a lutar pela emancipação política de Nova Glória.

Na fala dos entrevistados nota-se o descaso de Ceres em relação à Nova Glória, como por exemplo: o asfalto, a energia, a saúde, a educação e por fim as brigas políticas

Participaram da primeira eleição a prefeito de Nova Glória, pelo Partido MDB, Antonio da Cunha e Antonio Moraes, pelo Partido SDB, Agnaldo Gonçalves Borges Filho, Lourivaldo Borges, Helio Alves, saindo vitorioso Antonio da Cunha.

Quase três décadas depois de desligar-se de Ceres, Nova Glória ainda necessita buscar recursos na área da saúde e educação neste município, podendo afirmar total independência somente em termos políticos - administrativos. Todos os dias se deslocam estudantes que vão a Ceres estudar, pois ainda falta no município de Nova Glória, Cursos Técnicos e Superiores, da mesma forma todos os dias ambulâncias e carros particulares vão a Ceres atrás de recursos médicos, pois Nova Glória ainda não tem um hospital nem municipal, nem particular.

4 – Considerações Finais.

O Brasil na década de 1940 apresentava uma nova forma de governo, que ficou conhecido como O Estado Novo e marcado pela forma ditatorial de governar o país. Todavia também possuía um modelo novo de controle social (CAPELATO 2007), que visava à expansão territorial, fixando assim o homem na terra, através do slogan criado por Vargas “marcha para o oeste”. Getúlio Vargas tinha implícita a idéia de reforma agrária organizada no Brasil.

Goiás era governado pelo interventor Pedro Ludovico, sendo o responsável pela construção de Goiânia e transferência da Capital do estado da antiga Vila Boa de Goiás para a nova capital (PALACIN & MORAES, 1994).

Em visita oficial a Goiás Vargas disse que seria aqui o local onde iria construir a primeira das oitos colônias agrícolas nacionais. Na busca de um líder para administrar esta colônia, lhe é apresentado por intermédio de seu chefe de gabinete Luiz Simões Lopes, Bernardo Sayão. Ainda na primeira conversa fica decidido que seria ele o homem a alavancar esta obra.

A área escolhida, pertencia ao Município de Goiás e localizavam-se as margens do Rio das Almas nas Matas do São Patrício. O Decreto Lei 6.882 de 19 de fevereiro de 1941 criava então a CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás.

chegou, entrou e falou “olha eu to aqui para atender vocês, mas eu só tenho 15 minutos para falar com vocês, o que vocês querem?” aí o Sr. Sargento Leontino contou para ele, “desse jeito lá não tem como sancionar a cidade passar a cidade com o município deste tamanho”. Aí ele falou assim, “você quer que aprova ou veta?” pode vetar. (entrevista oral, Joaquim Rodrigues de Carvalho, 28 de maio de 2009).

No ano seguinte o Deputado Frederico Jayme¹², movido por questões políticas, propõe uma outra lei para emancipar Nova Glória. Um município a mais significaria votos a mais, neste intuito que Frederico Jayme cria a Lei 8.882 de junho de 1980 (ver Anexo XIV) que emancipava Nova Glória. Porém o processo de emancipação deste município não acabaria neste momento, pois o grupo opositor não satisfeito com a emancipação, entrou com recursos, no Supremo Tribunal Federal, alegando inconstitucionalidade no processo, este acontecimento nos foi relato pelo Sr. Itano Nunes da Rocha:

Aí quando o Tribunal Federal deu o Acordo de emancipação, foi à morte para o povo de Ceres e do Jardim Paulista, eles alegaram inconstitucionalidade no processo, porém o Supremo Tribunal Federal publicou o “Acórdão” (ver Anexo XV) dizendo que não havia nada de errado na lei que criou o município, e foi publicado no Diário da Assembléia, o Governador da época Ari Valadão não se mostrou nem contra e nem favorável à emancipação. (entrevista oral, Itano Nunes da Rocha, 28 de março de 2009).

Nova Glória depois de emancipada teve que esperar dois anos até eleger o seu primeiro prefeito, isto porque muitos almejam ser prefeito da cidade, então o Governador do Estado Ari Valadão, deixou que não só Nova Glória, mas todos os municípios que foram criados nesta época, sob responsabilidade da antiga sede do município, no caso de Nova Glória, a sede era Ceres.

Houve interesse muito grande de vários líderes políticos de ser prefeito de Nova Glória, que seria nomeado pelo então governador do estado, Ari Valadão, como houve essa vontade de muitos de ser prefeito não só de Nova Glória, mas de todos os municípios que foram criados na época, então ele deixou que esses municípios recém criados continuassem sob a administração da sede, até que esperassem a eleição que aconteceu dois anos após a emancipação (entrevista oral, Agnaldo Gonçalves Borges Filho, 28 de abril de 2009).

¹² Frederico Jayme Filho, nascido em 27/09/1948 na cidade de Pirenópolis – GO, quando criou a Lei 8.882 de 10 de junho de 1980, era Deputado Estadual pelo partido MDB, hoje o PMDB.

e lotes daqui pertencendo ao Jardim Paulista, para aumentar lá e lá ir, inclusive o pai deste que ta aí na prefeitura hoje, ajudou neste movimento, aí Ceres despertava interesse, pois o objetivo era acabar com aqui e com isso seria a vez do Jardim Paulista, ai nos entramos por aí, foi uma briga menina até que consertou, essa briga foi para na investigação do TCU-Tribunal de Contas da União. (entrevista oral, Itano Nunes da Rocha, 28 de março de 2009)

O grupo político do qual o Sargento Leontino fazia parte costumava reunir-se para discutir assuntos de interesse da comunidade e sempre eram surpreendidos por políticos do outro grupo que queriam impedir a emancipação de Nova Glória (ver Anexo XIII). E uma destas brigas políticas foi registrada em fotografia, e Itano Nunes nos explica o que aconteceu neste dia:

Para emancipar Nova Glória, foi uma briga, nesta foto aqui mesmo (ver Anexo XIII), Paulo Matão era vereador por Ceres, ai ele surpreendeu meu pai bem na hora da reunião, ai Paulo Matão chamou meu pai lá pra fora, começaram a discutir, quando o deputado Frederico Jayme chegou, entrando pelo meio, o finado Chico Branco foi tirando o Matão, essa briga foi ali onde hoje é em frente à prefeitura, na casa do Geraldo Magela.(entrevista oral, Itano Nunes da Rocha, 28 de março de 2009)

Estes grupos políticos eram apoiados por forças maiores, como Deputados Estaduais, o grupo que almejava a emancipação do Jardim Paulista eram apoiados por Leão Caiado, enquanto o outro grupo tinha o apoio de Frederico Jayme. Por volta de 1979 Leão Caiado criou uma lei que emancipava Nova Glória, porém devido ao perímetro que esta lei abrangia era muito pequeno. Isto fez com que o outro grupo entrasse com recursos pedindo à anulação desta lei como nos relata o Sr. Joaquim:

Naquela época o Deputado Leão Caiado, ele entrou como o projeto na Câmara para emancipar Nova Glória, só que ele entrou com o projeto de lei lá aprovou. Mas o tamanho do município que aprovou é o perímetro urbano de Nova Glória hoje, pega ali onde é o terreno do Chico branco, sobe direto passa perto da casa do Aníbal, vai no Córrego da Figueira, desce pelo o Córrego abaixo e vai até no Jardim Paulista lá na BR, aí segue na BR, vem na ponte do Rio das Almas, segue no Córrego Seco, sobe ele acima e vem ali no Córregos dos Prazeres, na cabeceira dele é ali onde tem aquela torre, perto do trevo, ai pega a estrada que vai para Rubiataba até no trevo, então o município de Nova Glória seria este aí. Ai nos fomos lá , esta turma que eu falei e pedimos a Otavio Lajes para não sancionar esta lei, porque senão Nova Glória não tinha como sobreviver com o município deste tamanho. Aí nós chegamos lá era unas 9 h , esperamos ele até as 13 h, quando ele

No ano de 1970, quando o Colégio Bernardo Sayão foi extinto e veio para Nova Glória uma extensão do Colégio João XXIII de Ceres, Itano Nunes narra mais uma luta da população contra os políticos de Ceres que impediam a emancipação de Nova Glória.

Em 1970 foi extinto o Ginásio Bernardo Sayão, por elementos do Ginásio João XXIII de Ceres, os quais invadiram o prédio, que foi ali onde hoje é a Escola Mariana Schettini, arrebentaram as lâmpadas, durante o dia era o primário e a noite o ginásio, aí veio Elu que era diretor do João XXIII, veio Cícero Leão, veio Elnápio de Souza Leal, veio Leão Caiado¹¹ também, todos fazendo pressão, aí vieram com metralhadora, prendendo meu pai, é a coisa foi feia e os alunos e os pais correram para acudir, naquele tempo não podia sair um bafafá que já tava pegando meu pai, que eles juntavam todo mundo pra defender ele, aí nesse dia falaram assim, não levam ele não, para levar ele tem que levar todo mundo, aí como eles não tinha cadeia suficiente para todo mundo, não levaram meu pai não, com isso nos fomos ganhando, eu era pequeno mais já assistia tudo e ele morreu e eu continuei. (entrevista oral, Itano Nunes da Rocha, 28 de março de 2009)

No plano propriamente político, havia no distrito de Nova Glória, duas correntes políticas: uma composta principalmente pela “Ligas dos Amigos”, que tinha o apoio da população. A outra composta por pessoas que tinham o apoio de Ceres (nos dias atuais ainda existem rivalidades políticas entre estes dois grupos), este segundo as pessoas que o compunham na maioria eram moradores do Jardim Paulista que na época também fazia parte do município de Ceres e hoje faz parte do perímetro urbano de Nova Glória.

Havia interesse de Ceres, fazer com que Jardim Paulista se desenvolvesse e para isto já tinha um fator importante o novo traçado da BR-014 que agora cortava este pequeno povoado ao meio, como fez antes com Nova Glória, e das medidas que nos foi relatado, foram às emissões dos carnês de IPTU de Nova Glória com os endereços do Jardim Paulista.

Em 1979, foi enviada sob minha liderança uma solicitação do povo solicitando ao Senhor prefeito de Ceres, a solução dos erros nos endereços do IPTU, a emancipação ta consolidada iniciada por este processo, eles emitiam os carnes com a maioria das casas

¹¹ Leão di Ramos Caiado Filho, nascido em 02/08/193 na cidade de Goiás –Go Vereador à Câmara Municipal de Goiás, UDN, 1955-1959, Deputado Estadual, ARENA, 6.ª Legislatura, 1967-1971. Deputado Estadual, ARENA, 7.ª Legislatura, 1971-1975. Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios, nomeado em maio de 1978, na instalação do TCM. Foi presidente do órgão

Avenida Bernardo Sayão e a gente pode até contar um fato interessante, para que este asfalto chegasse aqui foi preciso que nós asfaltássemos Nova Glória com palha de arroz. A hora que o prefeito de Ceres visse que o povo de Nova Glória não estava satisfeito com a atuação dele, porque ele veio prometeu, preparou as ruas para o asfalto e foi embora e nós asfaltamos com palha de arroz, para forçar ele a trazer o asfalto para a avenida, isto aqui era uma poeira tremenda (entrevista oral, Agnaldo Borges, 28 abril de 2009).

A primeira escola do distrito de Nova Glória foi particular. Fundada pelos líderes, porém vale ressaltar que esta foi à primeira escola construída com Nova Glória na condição de município de Ceres, pois havia uma escola, chamada Escola Várzea Alegre (que no quarto mandato político, foi elevada a escola municipal e hoje em plena atividade é uma referência na educação infantil desta localidade e recebe o nome de Escola Municipal Primavera) que foi criada ainda na época da CANG. Sayão implantou em cada córrego uma escola, como já foi citado anteriormente. Esta escola particular não conseguiu exercer suas atividades por muito tempo, pois a comunidade não tinha condições financeiras para sustentá-la e a comunidade era que ajudava a pagar os professores. Inclusive o Colégio Estadual Heloísa de Fátima Vargas de hoje é remanescente deste primeiro como nos foi relatado por Agnaldo Borges, que veio para Nova Glória ministrar aulas nesta escola.

O primeiro colégio fundado aqui em Nova Glória, foi fundado pelos líderes, o professor Orestes, o Leontino e um rapaz lá de Ceres chamado José Arantes e demais moradores da época que nos conseguimos fundar aqui o Colégio Bernardo Sayão, através deste colégio é que surgiu hoje o Colégio Heloísa de Fátima Vargas (...). A dificuldade era tremenda, comércio pequeno, pessoal carente e o nosso primeiro colégio funcionava com a ajuda da comunidade, tinha um livro "livro ouro" que a pessoa assinava para pagar os professores, era uma escola como se fala, Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos e quem sustentava era a comunidade mesmo com o livro ouro. Tinha uma pequena taxa que os alunos pagavam, não era uma mensalidade era uma pequena taxa, o restante a comunidade contribuía cada um com o que podia e sustentou essa escola acho que por um ano. Graças a Deus até que a política fez bem para Nova Glória nessa época, que veio para cá o Colégio Estadual que era uma extensão de Ceres. (entrevista oral, Agnaldo Borges, 28 de abril de 2009).

Em 08/06/1967 sob liderança do meu pai Leontino Nunes, foi enviada uma representação do povo para a Assembléia Legislativa, solicitando a distritação de Nova Glória, naquele tempo não dava para emancipar ainda, então pediu o distrito, depois do distrito saiu o nosso município por liderança do meu pai (...). Em 11/7/1967 foi comunicado a meu pai a instalação do posto dos correios, funcionou ali em um cômodo, perto de onde hoje é a frutaria do Ismar, finado palito foi o primeiro funcionário de lá (...). Em 15/10/1967 foi criada oficialmente a Liga dos Amigos de Nova Glória como forma de estruturar a nossa comunidade (entrevista oral, Itano Nunes da Rocha, 28 de março de 2009.).

A “Liga dos Amigos”, citada acima surgiu para trazer uma estrutura ao distrito para que posteriormente tornasse município. Era forma pelos pioneiros, que juntos e com o apoio da população sempre lutaram em prol da emancipação. Os componentes são estes: Sargento Leontino Nunes da Rocha (primeiro presidente da liga dos amigos), Joaquim Rodrigues de Carvalho, Antônio Morais, Mário Baiano, José Rosa, Orestes Vaz.

A memória dos entrevistados enfatiza os conflitos geradores da emancipação. Como o que foi necessário fazer para que viessem benefícios para o distrito como, energia, asfalto e escolas. A instalação da energia elétrica (ver Anexo XII) foi um acontecimento em que a população mostrou-se presente como nos conta Itano Nunes:

Em 18/06/1969 foi enviada uma solicitação do povo para CELG (Companhia Elétrica de Goiás) solicitando a extensão da luz elétrica em Nova Glória, nessa época ainda não tinha luz, foi outra briga menina, ai Ceres embargou os postos já caminhando para cá , depois que a CELG aprovou, foi preciso dos pais dos alunos e os alunos, os que não podiam e não davam conta de mexer com a enxada, enxadão, cavadeira, pagar pião, fizemos o picadão daqui até o Jardim Paulista e cavamos para os postes vir. Foi em 21/11/1969 que a CELG, comunicou oficialmente sobre o processo 4027/69 que a luz seria ligada, menina tudo aqui foi conseguido assim, através de brigas, pressão, meu pai na frente do povo e Ceres em tudo queria embargar. (entrevista oral, Itano Nunes da Rocha, 28 de março de 2009.).

A maneira como foram conseguidas, as primeiras ruas pavimentadas em Nova Glória, na voz de Agnaldo Borges:

O asfalto com muita briga conseguimos com o professor Elu, que era prefeito de Ceres na época, aqui não era cidade, era município de Ceres, conseguimos o asfalto da

crianças doentes, para levar para Ceres, aí a gente morava na Várzea Alegre que é hoje na entrada da rua aqui, minha mãe fazia um chá, para a criança, eles tomavam aquele chá da maneira que eles faziam lá, depois eles vinha para a beira da estrada, naquele tempo eles falavam "A Federal", para esperar carro, uma condução para ir a Ceres, aí tinha vez que ficava esperando duas três horas e aconteceu varias vezes da criança falecer e a mãe voltava com o menino no colo morto. (entrevista oral, Joaquim Rodrigues de Carvalho, 28 de maio de 2009).

Nota – se na fala dos entrevistados uma coincidência: todos falam do descaso de Ceres em relação a seu povoado Nova Glória, faltava neste, energia elétrica, asfalto, posto de saúde, educação, e para agravar mais ainda a situação de descaso do distrito, na década de 1960 um novo traçado da BR – 014 faz com que esta não passe mais dentro de Nova Glória. Acabando assim com grande parte do movimento que tinha aqui, principalmente no comércio. Estes fatores despertaram na população o desejo de lutarem não só para conseguirem estes benefícios, mas sim para conseguirem a emancipação política do distrito de Nova Glória.

Na voz de nossos entrevistados está à narrativa destes fatos que impulsionaram a emancipação, como por exemplo, o que aconteceu com o distrito após o desvio da BR-014.

Meu sogro tinha um posto de gasolina, aqui na esquina onde hoje é esse barracão, então foi desativado, aqui era um movimento tremendo, igual é lá o Jardim Paulista, era aqui, então Nova Glória se a rodovia tivesse continuado aqui dentro, hoje Nova Glória seria outra. E as pessoas invés de colocarem comércio aqui, foram para o Jardim, lá na beira da pista, todo mundo vai pra lá. Desativado o posto aqui ele foi para o Jardim, onde hoje é o Posto São Sebastião. Isto para a comunidade foi um atraso, as pessoas ficaram desprotegidas principalmente, de comércio de emprego, Nova Glória sentiu muito com isto e senti até hoje. (entrevista oral, Argentina Rodrigues de Carvalho, 28 de maio de 2009).

O ano de 1967 foi decisivo para que Nova Glória se emancipasse, foi neste ano que de fato se iniciaram as manifestações da população para conseguirem a emancipação política. Vários foram os acontecimentos neste ano, como narrados por Itano Nunes da Rocha, filho de Sargento Leontino, o homem que para grande parte da população foi o líder do movimento gerador da emancipação.

Nova Glória tem esse nome porque o Sr. João Schettini morava em Minas Gerais em uma cidade chamada São João do Glória, então em homenagem a cidade dele, (isto ele me falou pessoalmente) que em homenagem ele criou o povoado aqui, e ele colocou Nova Glória, ou seja, uma “Nova Glória”(…) outros contam que chama Nova Glória porque o município foi muito próspero, então este nome, mais o nome veio foi de São João do Glória MG, que era terra do fundador João Schettini (entrevista oral, Agnaldo Borges, 28 de março de 2009).

Quando Ceres elegeu o primeiro prefeito (1954) Dr. Domingos Mendes da Silva, que era amigo do Sr. Schettini, deu a ele a certidão destes lotes (ver Anexo XI).

Na década de 1950, mais precisamente no ano de 1958, Bernardo Sayão, foi nomeado pelo então Presidente da República Juscelino Kubitschek, para construir uma rodovia que ligasse o centro ao norte do país, a BR-014, conhecida como “A Federal”. Aproveitando a estrada que ele mesmo já havia construído na década de 1940, quando estava na administração da CANG. O traçado desta rodovia margeava o Rio das Almas desde Ceres até próximo à Nova Glória; era uma estrada sem nenhuma infra-estrutura, que nas épocas de cheia do rio, ficava inviável o tráfico por esta rodovia.

Esta rodovia foi um fator determinante para que o distrito de Nova Glória se desenvolvesse e tornasse anos depois município, pois, esta passava dentro do povoado, e todo o movimento se concentrava nesta região. Porém, mesmo com esta rodovia dentro do distrito o acesso a Ceres era difícil, não havia transporte que levasse as pessoas à sede do município, como nos fala os entrevistados Dona Argentina e Sr. Joaquim:

Quando nós viemos para cá, agente morava aqui na Várzea Alegre e meu irmão, passou mal e o Sr. João Schettini, morava lá na fartura, meu pai foi a pé buscar remédio, quantas vezes ele foi a pé lá em Ceres, não tinha transporte de espécie alguma, nada nada!!!. Nem cavalo, naquela época nem animal tinha (...) algum tempo depois Sr. Antônio Ramos, ele tinha um caminhão e isto foi muito tempo depois, este caminhão era o transporte aqui e este caminhão que levava na carroceria, devagarzinho, que a gente podia descer e subir dinovo no caminhão era o transporte que tinha, e era cobrado. (entrevista oral, Argentina Rodrigues de Carvalho, 30 de maio de 2009).

Sr. Joaquim também nos relatou esta dificuldade do acesso a Ceres.

Nós morávamos aí na várzea alegre, muitas vezes o pessoal saía dali da Ponte Nova, Córrego do São Domingos, do Córrego da Figueira, eles vinham pra cá trazendo as

Em decorrência do grande desenvolvimento da área, por volta de 1947 um novo aglomerado, formado por migrantes de outros estados, principalmente mineiros. O que atraiu estes migrantes foi à política da propaganda citada anteriormente neste trabalho, que dizia que o Governo Federal estava doando terras no Estado de Goiás.

O que motivou foi que naquela época, o Presidente Vargas, abriu aqui a Colônia Agrícola Nacional de Goiás, ele abriu todo esse perímetro de Ceres pra cá, pegou toda essa região, aonde era município de Ceres, que agora é Ipiranga, Nova Glória, ele dividiu os lotes em pequenos hectares de 04 a 06, até a gente falou assim, parece que foi doado por Deus em primeiro lugar, porque tinha muita abundância de água, eram raros os lotes que saíram sem água. Então naquela época todo mundo procurava um pedaço de terra, igual nos morávamos lá em Goianira perto de Goiânia. E quando meu pai ficou sabendo da Colônia Agrícola, a gente veio para cá, não só nos, mais muita gente veio no “pau - de arara”. A gente veio de caminhão com cinco mudanças em um caminhão só e a gente ta aqui desde 1948. (entrevista oral, Argentina Rodrigues de Carvalho, 30 de maio de 2009.).

Quando a cidade de Ceres foi elevada a município e a CANG foi extinta, este pequeno aglomerado passou a ser um distrito de Ceres.

As terras que deram origem ao distrito de Nova Glória foram adquiridas por João Schettini¹⁰, pertenciam a Hipólito Andrade, “Dona” Fia e Antônio Bahiano (ver anexo IX). Conforme é citado por Joaquim Rodrigues de Carvalho:

Esse mapa foi feito por Sr. João Schettini, aqui era município de Ceres antigamente, naquela época, João Schettini comprou o terreno do Sr. Hipólito Andrade, “dona” Fia e do Sr. Antonio Baiano. Quando nos chegamos aqui, em 49, existia apenas uma casa, era do Sr. Geraldo Escapevini ou Capevini, depois foi vendido para José Joaquim.

Marques. (entrevista oral, Joaquim Rodrigues de Carvalho, 28 março de 2009.) (ver Anexo X fotografia das primeiras casas de Nova Glória).

Essas terras foram adquiridas com recursos do próprio João Schettini que tinha um sonho, formar aqui em Goiás um povoado e este seria uma homenagem a sua cidade natal São João do Glória em Minas Gerais.

¹⁰ Mineiro, nascido em 26 de abril 1911 na cidade de São João do Glória. Casou-se com Geracina Bernardes Pereira e teve cinco filhos. Chegou a Goiás na década de 1940 fixando residência no Córrego do São Pedro Município de Ceres, onde tinha uma pequena farmácia, em 1955, mudou-se para um pequeno aglomerado (hoje Nova Glória) João Schettini era farmacêutico, como era chamado naquela época. Foi vereador de Ceres no primeiro mandato, sendo este amigo do Dr. Domingos Mendes da Silva.

e sempre fazia questão de salientar que ele estava ali não para plantar milho e feijão e sim pra abrir estradas.

Era um rei em Ceres, era juiz e delegado. Aliás, um homem que na cidade andava de qualquer maneira, sempre atrapalhado pela gravata, era elegante no mato, com seu cinturão de couro, suas botas, seu blusão cáqui. Seu lema era “A Colônia não pode parar”. Com o seu prestígio, começou a tomar empréstimos em seu nome nos bancos de Goiás, para não deixar faltarem ferramentas, sementes, escolas e assistência médica. (ANDRADE, 2003).

Em 1949 foi formada uma Comissão de Inquérito que investigava denúncias de irregularidades na administração da CANG. Não havia documentos que comprovassem os gastos da colônia, pois como já foi mencionado anteriormente ele era um anti-burocrático, tornando-se praticamente impossível não dizer que o dinheiro estava sendo embolsado pelo administrador, porém nenhuma denúncia contra Sayão foi comprovada, mesmo assim, há indícios que políticos conseguiram que ele fosse demitido da administração da CANG.

Em seu lugar é nomeado interventor Abelardo da Veiga Ururahy que fica no cargo até 18 de janeiro de 1951 quando a administração passou às mãos de Dantis Lima de Oliva.

Em 04 de setembro 1953, o núcleo colonial de Ceres é elevado à condição de município, sendo instalada a prefeitura em 7 de janeiro de 1954, tendo como primeiro prefeito Geraldo Fonseca de Azevedo, sendo este subprefeito da cidade de Ceres desde 1951. O primeiro prefeito do município de Ceres eleito pelo voto do povo foi o médico Domingos Mendes da Silva. Por dois anos sobrepunham-se os dois poderes executivos em Ceres, sendo a CANG, extinta em 1955.

3 - Memória do conflito: o processo de emancipação na fala de quem atuou.

A CANG possibilitou a formação de vários aglomerados, ao longo de sua extensão territorial, estes aglomerados em sua maioria eram compostos por apenas um comércio, “uma venda”⁹ e algumas residências.

⁹ Um tipo de estabelecimento comercial que vendia desde um rolo de fumo, até tecidos, passando por medicamentos e secos e molhados.

Há também aqueles que tinham algum dinheiro e preferiram comprar lotes na margem direita do rio, onde havia terras à vontade e também aqueles que não queriam atravessar o rio, pois diziam que na barranca a vida era mais alegre e livre. “Muitas pessoas chegavam também com algum dinheiro e, achando o lote da colônia muito pequeno, preferiam ficar na margem direita, onde poderiam comprar terra a vontade”. (PESSOA: 1999, p44).

A travessia continuou sendo feita na canoa de Sayão até ser providenciada uma ponte de tambor. Cansado de esperar verbas pra a construção da ponte, ele saiu à procura de tambores de óleo e destes mandou fazer uma ponte, amarrados com cabo de aço de um lado ao outro do rio, depois colocaram pranchas de madeiras sobre estes tambores (ver Anexo II), que ficou conhecida como ponte “Carmem Miranda”, devido ao balanço que esta causava, em seguida foi construída uma ponte semi-pensil.⁶

A CANG não visava somente fixar o homem na terra e desta tirar seu sustento, mais sim desenvolvê-lo inteiramente, dando aos filhos dos colonos educação. Os primeiros colégios construídos foram Colégios Álvaro de Melo (1947) (ver anexo III) e Colégio Imaculada Conceição (1947) e em cada córrego foram construídas escolas (ver anexo IV).

Na área da saúde, Sayão em 1945 trouxe o medico Jair Dinoah Araújo para combater um surto de febre amarela e malária. Como não havia um hospital o atendimento era feito em uma pequena casa de madeira. Em 1946 é inaugurada a primeira etapa do Hospital São Pio X⁷ (ver Anexo V).

Faziam ainda parte da estrutura física da CANG, a casa do administrador (ver Anexo VI), o escritório da CANG (ver Anexo VII), a usina de açúcar⁸ (ver Anexo VIII), guarda florestal, campo de aviação (hoje cidade de Rianópolis).

O Governo Federal não cumpria com o repasse das verbas para a colônia, neste período (1946-1950) a CANG, passava por dificuldades financeiras e administrativas, o que fez com que seu administrador fizesse empréstimos pessoais para quitar dividas de sua administração. Além deste fato, ele não cumpria com a parte burocrática da CANG,

⁶ Ponte com os pilares feito de cimentos e no meio cabo de aço e madeira.

⁷ Revista da ACICER. Bernardo Sayão, *o Homem que Iniciou a História: CANG/Ceres, Barranca/Rialma*. Edição Histórica, 1999-2000, pp. 7-14

⁸ A usina foi implantada com a finalidade de atrair pessoas para a região. No início, Vargas criou uma idéia de desenvolvimento, objetivando o povoamento interno nas novas áreas agrícolas, não se preocupando em estimular os produtores a alugarem terras para a usina plantar cana.

das matas e cuidar da limpeza da valas e conservar as estradas. Mas nem tudo aconteceu conforme foi prometido pelo Governo Federal, como nos conta a entrevistada Dona Argentina.

Não tinha casa, era tudo barraco de tábuas, na época nem existia telha, eles faziam telha de uma árvore que chamava pindaíba, então faziam aquelas telhas, fincavam pregos, fazia igual uma tábuas e nossas casas era tudo assim, no início da Colônia em alguns lugares, alguma casa foi feita, a casa dele que hoje é a APAE, era feita de tijolo coberta com telha, porque quem chegava não tinha condições, chegava zerada e ele não podia dá agora as escolas não, as escolas eram feitas de alvenarias. (ARGENTINA, 30 de maio de 2009).

Ainda no ano de 1941, Bernardo Sayão chegou à região com um comboio de máquinas e começou a abrir a estrada para ligar Anápolis as margens do Rio das Almas. Com o mínimo de máquinas de terraplanagem e combustível, que estava escasso graças a Guerra.

Logo Sayão ganhou confiança de todos, pois era um homem idealista e desbravador e dois anos depois já estavam construídos 142 km de estrada. O loteamento e ocupação só começam em 1942.

Na sua grande maioria os habitantes são provenientes de outros estados, predominando entre eles os naturais de Minas Gerais, que formavam cerca de 60% da população. Dos restantes, 20% são goianos e 20% de outros estados, principalmente paulistas e nordestinos, registrando-se, senão obstante, famílias até do Rio Grande do Sul. (WAIBEAL *apud* BORGES, 2000, p76).

A colônia estava localizada a margem esquerda do Rio das Almas, os migrantes chegavam do lado oposto da colônia, pela estrada aberta por Bernardo Sayão. A travessia do rio era feita por uma canoa do próprio Sayão “a canoa do Sayão”. Ele cuidava do controle de quem atravessaria o rio, não deixando que prostitutas e nem bebidas alcoólicas entrassem para a colônia. Nascendo neste momento, uma rivalidade que se perdura até os dias atuais, entre Ceres e Rialma (antiga barranca).

Os que não conseguiam fazer a travessia se instalavam ali mesmo nas “barrancas do rio”, o que gerou um fenômeno pouco comum, uma zona de prostituição na barranca e na colônia não.

fronteira e passavam uma imagem para a população, sobretudo a urbana, de que o governo estava promovendo a unificação nacional e a criação do “Novo Brasil”. (BORGES, 2000, p77)

Getúlio Vargas precisava de um homem, um líder de confiança para alavancar esta obra. Foi então apresentado por intermédio de Luiz Simões Lopes, seu oficial de gabinete, Bernardo Sayão Carvalho de Araújo⁴ e, logo no primeiro contato entre Vargas e Sayão ficou decidido que seria ele o homem a implantar a CANG.

Entretanto, como afirma Jair de Moraes Pessoa (1999), Luiz Simões Lopes era presidente de uma companhia que administrava uma fazenda localizada próximo às terras escolhida para implantação da colônia, e que a escolha de Bernardo Sayão possa ter outros interesses além de ser este um líder nato, como por exemplo, a valorização das terras da fazenda, que logo em seguida foram loteada e vendida.

Um tabelião de Ceres deu uma outra versão para os fatos. A leste da Mata São Patrício, existia uma propriedade de 90.000 alqueires, chamada CODORA, de um grupo do qual participava presidente dos DASP Luiz Simões Lopes. O nome original da fazenda era Lavrinha de São Sebastião, recebido no registro paroquial das terras, na época da criação da colônia, a fazenda era conhecida por este nome. A escolha da área foi, portanto, como o objetivo de supervalorizar a região, para que a fazenda fosse loteada e vendida. E Sayão, durante sua atuação como administradora da colônia, era também procurador do grupo para referida transação. (PESSOA, 1999, p42)

Mas para conseguirem lotes na Colônia, era preciso ser casado. Estes lotes variavam entre 20 a 50 hectares, em cada lote seria construída uma casa de tijolo e coberta de telhas, para o cultivo da terra o governo forneceria semente, material agrário e os colonos teriam assistência médica. Isto fez com que os pais providenciassem casamentos para suas filhas⁵. Em contra partida os colonos teriam que preservar 25%

⁴ Nasceu em 18/06/1901, na cidade do Rio de Janeiro-RJ, em 1923 diplomou-se Engenheiro Agrônomo, em 1941 é escolhido por Vargas para dirigir a Colônia Agrícola Nacional de Goiás, aonde veio com sua família e fixou residência nesta região, colônia está que deu origem em 1953 a cidade de Ceres. Foi ainda em 1954 vice-governador de Goiás, em 1956 escolhido por Juscelino Kubitschek a ser presidente da NOVACAP (Companhia Urbanizadora da Nova Capital), em 1958 também por designado por Juscelino Kubitschek a construir a Belém – Brasília (hoje BR153) e no dia 15 de janeiro de 1959, faltando poucos km para esta obra ficar pronta, uma árvore cai sobre sua barraca o ferindo gravemente levando-o a morte. Poucos sabem, mais a Rodovia Belém-Brasília recebeu o nome de Rodovia Bernardo Sayão, através do Decreto Lei 47.763, de 02.02.1960, publicado no Diário Oficial da União que circulou em 05.02.1960, do então Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira;

⁵ Revista da ACICER. *Bernardo Sayão, o Homem que Iniciou a História : CANG/Ceres, Barranca/Rialma*. Edição Histórica, 1999-2000, p 8

questões da segurança nacional e da produção de gêneros alimentícios para o mercado interno, já que os anos 40 foram marcados pelo conflito mundial e pelo incremento do desenvolvimento urbano-industrial do sudeste. (CAMARGO *apud* BORGES, 2000: 78).

Vargas criou o slogan “Marcha para o oeste”, ou seja, sair do litoral e galgar montanhas, abrir caminhos e estender fronteiras, slogan este diferente de “Marcha para oeste”, embora sejam parecidos, possuem significados distintos. O primeiro é uma ação do governo federal para fixar o homem na terra, era uma atitude governamental de expansão territorial. Enquanto o segundo surge ainda com os bandeirantes no século XVI, era uma atitude espontânea de adentrar o país e conquistar lugares inabitados. E em uma visita a Goiás, diz ser no centro do país o lugar onde ocorreria a expansão futura.

Logo começaram as articulações entre Getúlio Vargas e Pedro Ludovico, para a implantação da primeira das oito colônias agrícolas que Vargas queria implantar no país, assim nascia a CANG (Colônia Agrícola Nacional de Goiás).²

2 - CANG - Colônia Agrícola Nacional de Goiás - Decreto Nº 6.882 de 19 de fevereiro 1941 (Ver Anexo I).

A área escolhida para a implantação da CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás, pertencia ao Município de Goiás e foi doada pelo governo estadual. Esta área localizava-se na Matas do São Patrício³, as margens do Rio das Almas. A notícia de que o Governo Federal estava doando terras em Goiás logo se espalhou, pois este fez uso da propaganda para a notícia correr e, não demoraram chegar migrantes de outros estados à procura das terras que estavam sendo doadas.

A propaganda oficial no rádio, sobre a colônia alcançava todo país, seduzindo à migração milhares de famílias pobres de lavradores para a fronteira em Goiás. Esse movimento demográfico e a ocupação no oeste reforçavam o mito da conquista da

² Foram criadas oito Colônias Agrícolas Nacionais a partir de 1941, sendo a primeira no estado de Goiás e as outras nos seguintes estados: Amazonas, Pará, Maranhão, Paraná, Território de Ponta Porã (Mato Grosso), Piauí e Minas Gerais. Porém, das oito Colônias Agrícolas, somente duas prosperaram, sendo a de Goiás, e a de Dourados no estado de Mato Grosso.

³ A região que compreende Ceres, Jaraguá e outras cidades da região centro-norte do estado de Goiás é denominada de Vale do São Patrício. Esta denominação deveu-se ao Rio São Patrício, que recebeu esse nome em 1733 por dois frades franciscanos portugueses. A explicação mais utilizada pelos clérigos da região é a de que existia um seminário jesuíta em Portugal sob o patrocínio de São Patrício, no período em que as “Leis Penais” estavam sendo aplicadas na Irlanda pelos ingleses, forçando muitos católicos a estudarem fora da Irlanda, sendo muitos desses estudantes, acolhidos por Portugal.

educação, infra-estrutura e boa localização geográfica, requisitos estes que Vila Boa não oferecia.

Teve início assim à construção da nova capital, lançada sua pedra fundamental em 24 de outubro de 1933, em 7 de novembro de 1935, realizou a mudança provisória da capital, Pedro Ludovico, deixou Vila Boa e fixou residência em Goiânia, em 1937 foi à mudança definitiva e em 1942 o batismo cultural da nova capital de Goiás.¹

Porém a construção de uma nova capital para o estado de Goiás não atendia somente aos interesses de uma cidade arborizada, com condições básicas de sobrevivência, mas segundo Borges (2000) esta intimamente ligada à política de conquista do oeste imposta pelo Governo Federal, pois estava localizada no centro do país. A nova capital tornaria símbolo da modernidade e um marco significativo na interiorização do país.

A construção de Goiânia foi o fato mais expressivo dentro do projeto de modernização implementado pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira com apoio do Governo Federal. A transferência da capital para o centro mais dinâmico da economia regional atendia os interesses das novas forças econômicas e políticas emergentes e reforçava o mito da conquista do oeste, bem como da criação do "Novo Brasil". (BORGES, 2000, p 73).

Ainda na década de 1940, não podemos esquecer como foi à participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) junto com os Aliados. Enquanto a Europa e o restante do mundo estavam voltados para a Guerra, no Brasil Getúlio Vargas, tinha implícita a idéia de reforma agrária organizada. Pretendendo assim também a interiorização do país, fixando o homem na terra, tirando dela seu sustento. Porém segundo (GOMIDES, 2000), colonizar e fixar o homem na terra atendia também a reivindicações dos setores urbanos e militares do país.

O programa de colonização do governo Vargas previa a implantação de assentamentos rurais em outras áreas do território nacional. Entretanto, segundo Camargo (1983), essa modalidade de ocupação da terra na fronteira não era prioridade política de Getúlio Vargas, sendo, na verdade, reivindicação de setores urbanos e militares que compunham a base de apoio do governo, como os tenentes. O que estava realmente em jogo eram as

¹ PALACIM, Luís & MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. "A Revolução de 30 e construção de Goiânia". In: *História de Goiás*. Goiânia, Ed. Goiânia, 6ª ed., 1994. pp.101-111.

1 – Goiás entre 1930-1942.

Brasil década de 1940, o país vivia um movimento histórico peculiar o Estado Novo (1937-1945). Nesta década ocorria a consolidação e legitimação deste Governo, que tinha como líder Getúlio Vargas. Este período da História do Brasil ficou conhecido pela forma ditatorial de governar. Censura aos meios de comunicação, perseguição, prisão, torturas, controle dos sindicatos, criação da DPI (Departamento de Imprensa e Propaganda), criação da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), criação de uma nova moeda, participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Mas o que nos interessa nesta forma de governo para a proposta deste trabalho, foi à política voltada para as classes populares, dando início a novas formas de controle social e governado por um líder que apesar da forma ditatorial era carismático (Getúlio Vargas). , “Uma das soluções propostas era a do controle social através da presença de um Estado forte comandado por um líder carismático, capaz de conduzir as massas no caminho da ordem”. (CAPELATO 2007, p. 109)

Com a formação do Estado Novo passa a existir uma única bandeira no território nacional e Getúlio Vargas nomeou interventores para administrar os Estados, (pessoas de sua confiança que deviam obediência ao Governo Central), embora Vargas dissesse que estes tinham autonomia para tomar decisões próprias. A meta principal era superar o atraso e transformar o Brasil em país desenvolvido econômico e socialmente.

Após o golpe, como os partidos e o Parlamento foram abolidos, não havia mais intermediários entre as massas e o governo. Este passou a intervir nos estados mediante a nomeação de interventores, que assumiam o poder Executivo orientado pela nova Constituição. Pessoas de confiança de Getúlio Vargas foram escolhidas para as interventorias. Os interventores reproduziam nos estados a política determinada pelo governo central”. (CAPELATO 2007, pp116-117)

Goiás era governado pelo interventor Pedro Ludovico, que teria sido a participação efetiva de Goiás na Revolução de 30, e que depois de terminada teria colocado em Goiás também um governo provisório. Pedro Ludovico passou a propor, como primeiro objetivo de seu governo, a solução para problemas de desenvolvimento. E como primeira medida tomada em Goiás visando tirar o estado de atraso foi à transferência da Capital da então Vila Boa de Goiás (hoje Goiás Velho) para Goiânia, pois a Capital do Estado deveria oferecer condições básicas de saúde, higiene,

Trabalhamos com duas abordagens da História, uma no que se refere ao campo de observação, (História Regional) e outra no que se refere ao tipo ou tratamento das fontes, (História Oral).

História Regional, segundo BARROS, (2004, pp. 152-153).

Quando um historiador se propõe a trabalhar dentro do âmbito da História Regional, ele mostra-se interessado em estudar diretamente uma região específica. O espaço regional, é importante destacar, não estará necessariamente associado ao um recorte administrativo ou geográfico, podendo se referir a um recorte antropológico, a um recorte cultural ou a qualquer outro recorte proposto pelo historiador de acordo com o problemas históricos que irá examinar.

Utilizamos a História Oral, por se tratar de uma pesquisa de caráter quase inédito, por ter muito pouco escrito sobre a história de Nova Glória, e o pouco que tem ser de difícil acesso, por estar em mãos de particulares. As entrevistas foram colhidas no mês de março, abril e maio do ano de 2009. Entrevistamos políticos que lutaram por esta emancipação e pessoas comuns, que não tem ligação com a política e que tem outro olhar sobre este processo.

A memória, em sua extensa potencialidade, ultrapassa, inclusive, o tempo de vida individual. Através de histórias de famílias, das crônicas que registraram o cotidiano, das tradições, das histórias contadas através de gerações e das inúmeras formas de narrativas, constroem-se a memória de um tempo que antecedeu ao da vida de uma pessoa. Ultrapassa-se a cronologia atual e o homem mergulha no seu passado ancestral. Nesta dinâmica, memórias individuais e memórias coletivas encontram-se, fundem-se e constituem-se como possíveis fontes para produção do conhecimento histórico. (DELGADO, 2003, p19).

Após feita leitura dos textos e relacionarmos estes com o nosso projeto, usamos também outras fontes históricas (escritas e imagens), para ajudarmos a entendermos o nosso objeto de estudo, são estas fontes: fotografias de pioneiros ligadas à memória da cidade, a Lei emancipatória do município, mapas, certidão do terreno de Nova Glória, histórico do município dentre outros.

moradores, significaria mais demora para a chegada da emancipação (conforme pesquisa realizada com pioneiros da cidade).

Não nos esquecendo dos fatores políticos, existiam dois grupos políticos no distrito, o primeiro queria a emancipação do Jardim Paulista, hoje distrito de Nova Glória, enquanto o outro grupo queria a emancipação de Nova Glória, onde aconteceram diversos embates, até a concretização da emancipação do município. Estes fatores mereceram maior explanação no decorrer deste artigo.

Nossa intenção é explorar um acontecimento ainda pouco estudado e bastante lacunar, como um primeiro passo para que as ações políticas que motivaram uma luta pela emancipação da cidade de Nova Glória e a percepção presente na memória coletiva da população que vivenciou os eventos transformadores não caiam no esquecimento.

A memória de uma sociedade se estende até onde pode – quer dizer, até onde atinge a memória dos grupos que ela se compõe. Não é absolutamente por má vontade, antipatia repulsa ou indiferença que ela esquece uma quantidade tão grande de fatos e personalidades antiga é porque os grupos que guardavam sua lembrança desapareceram. (HALBWACHS, 2006, p 105.)

Acreditamos ser necessário maior esclarecimento deste processo de emancipação, principalmente para a população novaglorina, para que estes venham a conhecer a história de seu município e se vejam como parte deste processo, por se tratar de um município jovem com pouco mais de vinte anos, o que nos leva a acreditar, que uma grande parte da população tenha participado deste processo de forma direta ou indireta: será difícil encontrar no município alguém que não tenha um parente, amigo, ou conhecido que lutou por esta conquista.

Sobre os documentos referentes a este processo de luta pela emancipação, não os encontramos nos arquivos públicos, mais sim em mãos de particulares, o que faz com que se agrave ainda mais a falta de conhecimento por parte da população sobre os fatores determinantes que levaram a emancipação política de Nova Glória. Partindo destas dificuldades encontradas, fizemos uso das vozes dos pioneiros da cidade, pelo método da História Oral.

Nosso objetivo principal será analisar o processo de emancipação política de Nova Glória e para alcançarmos estes objetivos traçaremos uma breve reconstituição de sua história, desde a fundação do distrito na década de 1940, analisando alguns momentos decisivos da luta de emancipação política.

O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE NOVA GLÓRIA (1940-1982).

Lívia Dias de Souza.

Lorena Gabriele Bontempo de Oliveira.

Resumo:

Este artigo discute o processo de emancipação política de Nova Glória, desde a formação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (1941), surgimento do pequeno aglomerado que por volta de 1947 e que recebeu o nome de Nova Glória e por último a análise dos fatores que contribuíram para a efetivação da emancipação na memória dos atores sociais.

Palavras – chave: Nova Glória, emancipação, CANG, Bernardo Sayão.

1 – Introdução.

Ao iniciarmos este trabalho, acreditávamos ter havido apenas um motivo que levou à emancipação política da cidade de Nova Glória: os embates políticos. Porém, após termos feito a leitura e análise da documentação escrita e oral referente ao processo de emancipação, pudemos constatar que não foi somente um motivo que levou a emancipação do município e sim vários, o que desta forma despertou em nós o desejo de pesquisá-los. Surgiu então um problema, por que Nova Glória queria se emancipar de Ceres? Além das razões políticas, quais outros motivos? Quem lutou para que esta emancipação acontecesse? E hoje 27 anos depois de emancipada Nova Glória é de fato independente de Ceres?

A pesquisa oral realizada com pioneiros e políticos que lutaram para esta emancipação nos revelou no plano social e econômico que a cidade Ceres não investia em melhores condições de vida para os moradores do distrito de Nova Glória, como por exemplo: luz, asfalto, educação e saúde. Para que estes benefícios viessem para o distrito foram preciso muitos protestos por parte da população que se sentia desprezada com relação à sede do município.

Outra hipótese também encontrada ainda no plano social e econômico foi o desvio da antiga BR 014 ou "A Federal" como era conhecida, a BR 014 atravessava o centro do distrito, onde se localiza hoje a avenida principal da cidade de Nova Glória, desviando o curso da BR, o movimento diminuiria dentro do distrito o que para os

SUMÁRIO

Introdução.....	
1 – Goiás entre 1930-1942.....	10
2 – CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás – Decreto 6.882 de 19 de fevereiro de 1941.....	12
3 – Memória do conflito: o processo de emancipação na fala de quem atuou.....	16
4 – Considerações Finais.....	25
Bibliografia.....	
Anexos.....	

Toda consciência do passado está fundada na memória. Através das lembranças recuperamos consciência dos acontecimentos anteriores, distinguimos ontem e hoje, e confirmamos que já vivemos um passado. (LOWENTHAL, 1981)

Agradeço em primeiro lugar a Deus, a minha família pelo apoio dispensado a mim durante o curso, aos professores Luciano Santos, Helena de Fátima, Rafael Costa e ao nosso orientador Dornival Ramos.

Lorena Gabriele Bontempo de Oliveira.

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus por ter mim guiado durante esta jornada, a minha família que não mediram esforços para a realização deste sonho, a minha amiga Lorena por ter sido minha companheira neste desafio de executar este trabalho, aos professores, Karinne Machado, Luciano Santos, Paulo Henrique, Helena de Fátima e Rafael da Costa pelo apoio do decorrer do curso e ao nosso orientador Dornival Ramos pela dedicação e empenho para que este artigo fosse realizado e aos nossos entrevistados, pois sem eles não seria possível a realização deste projeto.

Lívia Dias de Souza

Dedico este a três pessoas sem as quais não seria possível ter concluído minha faculdade: minha mãe, minha avó e meu tio.

Lorena Gabriele Bontempo de Oliveira.

Dedico este a minha família que por vezes abriram mão de seus ideais para que conquistasse o meu. E dedico em especial a uma pessoa que mesmo não estando mais entre nós, sei que ficaria feliz por eu ter conquistado mais esta etapa na minha vida, a minha mãe.

Lívia Dias de Souza.

Lívia Dias de Souza & Lorena Gabriele Bontempo de Oliveira.

PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE NOVA GLÓRIA (1940-1982).

Trabalho apresentado ao curso de História da Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador: Professor Dr. Dernival Venâncio Ramos Júnior.

36045

Tombo n°	18467
Classif.:	
Ex.:	1
Origem:	vd
Data:	03-04-12

Rubiataba, 2009.

FACULDADE DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO DE RUBIATABA
CURSO DE HISTÓRIA.



**PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE NOVA GLÓRIA
(1940-1982).**

Lívia Dias de Souza.

Lorena Gabriele Bontempo de Oliveira.

Orientador: Dr. Dernival Venâncio Ramos Júnior.

Rubiataba, 2009.